

Regimento nº 101, de 2016 - CN

PRB- 03

Em 23/8/2016

Congresso Nacional


**DESTAQUE DE BANCADA
(PRB)**

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para votação em separado do inciso IV e, por conseguinte, dos §§ 2º e 3º do art. 6º do Substitutivo da CMO ao PLN nº 2/2016.**

Sala das Sessões, em 10 de AGOSTO de 2016 .


Deputado Márcio Marinho
Líder do PRB da Câmara dos Deputados

Recebi
Em 10/8/16 10h58

Marcos Aurélio Pereira
Matr. 2 1443

JUSTIFICATIVA

O **artigo 6º** do substitutivo da Comissão Mista de Orçamento exclui, no **inciso IV**, os Serviços Sociais Autônomos do escopo do orçamento fiscal e da seguridade social, conforme definido no caput do referido artigo. Estabelece, contudo, no **§ 2º**, quanto às contribuições a que se refere o art. 240 da CF: a) atribuir a sua arrecadação, fiscalização e cobrança à Receita Federal do Brasil (RFB); b) integrá-las ao orçamento fiscal da União, não as sujeitando à desvinculação de receita; e c) transferir o produto de sua arrecadação aos serviços sociais autônomos.

O **parágrafo 3º** do mesmo artigo, por sua vez, dispõe que as receitas a que se refere o **§2º**, não serão consideradas no cálculo da receita corrente líquida.

As disposições incluídas no texto aprovado pela CMO devem ser suprimidas.

Há consenso doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os serviços sociais autônomos não integram, estruturalmente, a Administração Pública Direta ou Indireta (RE 789.874/DF - STF).

Ressalte-se, ainda, que o art. 165, **§5º** da CR/88 determina que a lei orçamentária conterá:

"I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

O **SENAI** e o **SESI** não integram a administração pública, direta e indireta (art. 37, inciso XIX da CF e a art. 4º do Decreto 200/64). Portanto, seu orçamento não pode integrar o orçamento fiscal da União.

Quanto a necessidade de transparência das contas e do orçamento dos Serviços Sociais Autônomos, reclamada na Justificativa das emendas que deram origem aos artigos mencionados, convém lembrar que o art. 135 da Lei nº 13.242/16 (LDO 2016) determina aos serviços sociais autônomos que publiquem na internet trimestralmente, na respectiva página na internet, em local de fácil visualização, informações acerca: (i) dos os valores arrecadados com as referidas contribuições, especificando o montante transferido pela União e o arrecadado diretamente pelas entidades; (ii) as demonstrações contábeis; (iii) a especificação de cada receita e de cada despesa constantes dos respectivos orçamentos, discriminadas por natureza, finalidade e região, destacando a parcela destinada a serviços sociais e à formação profissional; e (iv) a estrutura remuneratória dos cargos e funções e a relação dos nomes de seus dirigentes e dos demais membros do corpo técnico.

Tais entidades deverão, também, divulgar seus orçamentos na internet.

Quanto à atribuição à Receita Federal do Brasil da arrecadação das contribuições a que se refere o art. 240 da Constituição Federal, importante destacar que este

comando já está previsto em lei permanente (art. 3º da Lei nº 11.457/2007), de modo que a sua derrogação por uma lei temporária, como é a LDO, se mostra como uma impropriedade legislativa, além de ser inconstitucional.

Em relação à arrecadação direta das entidades convém lembrar que a legislação em vigor autoriza o Sesi e o Senai arrecadarem diretamente suas contribuições (Decreto nº 57.375/65, art. 11, **§ 2º**; Decreto 494/62, art. 50). Essa sistemática foi reafirmada pela Lei 8.706/93 (posterior à CR/88), que autoriza o Sest e o Senat a arrecadarem diretamente suas contribuições e considerada perfeitamente legal pelo STJ em face do Recurso Especial nº 735278/PR e pelo TCU - Acórdão 3214/2013 (Plenário).

Por essas razões, recomenda-se a **supressão do inciso IV e dos parágrafos 2º e 3º do artigo 6º do substitutivo aprovado na CMO ao PLN 2/2016**, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.